



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO –
FADECAM

GESIELE SILVA DOS SANTOS

O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO E A EDUCAÇÃO DO
CAMPO NA ÓTICA DOS GESTORES

ACARÁ/PARÁ

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA

FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO – FADECAM

GESIELE SILVA DOS SANTOS

O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO E A EDUCAÇÃO DO
CAMPO NA ÓTICA DOS GESTORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Educação do campo - Ciências Naturais, sob a orientação da Prof. Dra. Mariza Felipe Assunção.

ACARÁ/PARÁ

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA

FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO – FADECAM

GESIELE SILVA DOS SANTOS

O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO E A EDUCAÇÃO DO
CAMPO NA ÓTICA DOS GESTORES

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Dra. Mariza Felipe Assunção – Orientadora

Dra. Jacqueline Cunha da Serra Freire – FADECAM

Ms. Maria Barbara da Costa Cardoso – Membro Externo

ACARÁ/PARÁ

2019

A minha mãe Carmelita Marcelino da Silva (In Memoriam), que não pode vivenciar esse momento, mas que sempre sonhou com o sucesso de seus filhos e eu sou fruto desse sonho e principalmente de suas orações.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e acima de tudo a **Deus**, pois ele é a razão de eu ter chegado até aqui, sua presença me sustentou, deu-me forças e sabedoria em toda a minha trajetória sendo digno do mérito por todo este trabalho.

A minha família minha maior motivação. Meu Pai **Benedito Sacramento dos Santos** por me amar incondicionalmente e por todo cuidado e sua esposa **Lucileia Santos** pelo carinho e apreço que sempre teve por mim.

A meus irmãos **Gesiel, Gedilson, Geovanni, Gedeão e Gedielson Santos** pelo companheirismo e alegria que me proporcionam e minha irmã **Gediane Santos** que sempre esteve comigo assumindo as responsabilidades diárias para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

As minhas cunhadas **Priscila Góes e Jakeline Santos** pelo carinho e por toda força e incentivo que sempre me deram.

Aos meus sobrinhos **Klebson Góes dos Santos e Kellyne Gabryela Santos dos Santos** por serem o motivo da minha alegria, estar com eles renovavam minhas energias para continuar a rotina de estudos.

Aos meus tios **Noé Silva e Claudia Silva** e minhas primas **Vitória e Emily Silva** por me proporcionarem um lar durante os primeiros anos do curso nunca esquecerei o amor e cuidado que tiveram por mim fazendo-me sentir em casa.

A todos meus amigos e familiares que direta ou indiretamente me apoiaram e incentivaram, cada palavra deu-me forças para que eu prosseguisse e acreditasse que venceria.

A todos os professores que enriqueceram a minha vida com seus conhecimentos vocês merecem todo o reconhecimento e valorização.

A minha orientadora **Mariza Felipe** por todas as orientações e instruções no desenvolvimento deste trabalho meu muito obrigado.

RESUMO

Neste trabalho apresentaremos o Sistema de Organização Modular de Ensino – Some e a Educação do Campo na ótica dos Gestores. A pesquisa foi realizada na Comunidade de Nova Aliança no Município de Acará-PA. Contaremos desde o surgimento do SOME até ao contexto da comunidade estudada a fim de conhecer a realidade da educação que tem chegado ao campo. O objetivo geral deste trabalho é analisar o SOME desde a concepção de campo e identificar o seu papel na formação dos alunos verificando a didática do SOME e sua contextualização com a realidade do campo. A metodologia utilizada se deu através de entrevistas qualitativa e aplicação de questionário com os gestores das duas instituições sendo uma da Cidade responsável pelo gerenciamento do SOME á nível de município e outra do campo além de revisão bibliográfica. Os resultados obtidos mostraram a realidade da educação na escola de nova aliança apontando o sistema modular como uma oportunidade aos alunos do campo de permanecerem em seu local de origem e que este dá novas perspectivas de vida a esses alunos tendo contribuído na sua formação, já relacionado a educação do campo ainda não se vê a contextualização com a realidade de seus sujeitos que fortaleça a sua identidade pela valorização da Educação do Campo.

Palavras-chaves: Sistema de Organização Modular de Ensino; Educação do Campo; Nova Aliança.

ABSTRACT

In this paper we present the Modular Education Organization System - SOME teaching and the field education in the optics of managers. The research was conducted at the Nova Aliança Community in the municipality of Acará Pará. We will tell from the emergence of SOME to the context of the community studied in order to know the reality of education that has come to the field. The general objective of this work is to analyze SOME from the field conception and to identify its role in the students formation, checking the didactics of SOME and its contextualization with the reality of the field. The methodology used was through interviews and questionnaire with the managers of the two institutions, one from the city responsible for the management of SOME at the municipality level and the other from the countryside, as well as a literature review. The results showed the reality of education in Nova Aliança school pointing the modular system as an opportunity for students in the field to stay in their place of origin and that it gives new life perspectives to these students having contributed to their education, already related to education. From the field, the contextualization with the reality of its subjects that strengthens their identity through the valorization of the Rural Education is not yet seen.

Keywords: Modular Teaching Organization System; Rural education; Nova Aliança.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO	12
1.1- Histórico do Sistema de Organização modular de ensino no Estado do Pará...12	
1. 2 No contexto do Município de Acará	18
1.3 A relação SOME e Educação do Campo.....	21
1.3.1 Educação do Campo.....	21
1.3.2 SOME e a Educação do Campo.....	26
CAPÍTULO 2 – O PAPEL DO SOME NO CONTEXTO DA COMUNIDADE NOVA ALIANÇA	29
2.1 A relação de identidade entre o SOME e a Comunidade Nova aliança.....	30
2.2 Sobre a atualidade do some na Comunidade.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
APÊNDICE	43
ANEXO	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem abordar o tema sobre o Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME no sentido de compreender como se dá sua relação com a Educação do Campo na ótica dos Gestores, esta pesquisa foi realizada na Comunidade Nova Aliança no Município de Acará Estado do Pará.

A pesquisa realizada se deu com o propósito de investigar se o sistema modular de ensino na Escola de Nova Aliança faz a contextualização dos seus conteúdos com a realidade de seus alunos levando em consideração as especificidades do campo, sabendo da importância de uma educação que valoriza os saberes e identidades de seus sujeitos.

Por ser discente de um curso de Licenciatura em Educação do Campo e pela experiência da autora por ter cursado o ensino médio no sistema modular surgiu o seguinte questionamento: Qual a relação do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME com a Educação do Campo? Sendo este sistema de ensino voltado ao campo em especial neste trabalho ao ensino médio propomos através desta pesquisa responder essa questão além de analisarmos a atual realidade em que se encontra o sistema modular e sua organização após anos de funcionamento.

O Sistema Modular surgiu da necessidade de se levar o ensino médio as escolas do campo proporcionando aos seus moradores a continuação de seus estudos e dessa forma a permanência em seu local de origem, portanto o objetivo geral deste trabalho é analisar o SOME e a sua relação com a educação do campo na escola Nova Aliança tendo em vista a realidade da educação e a forma em que a mesma vem sendo transmitida no campo.

Os objetivos específicos propõem identificar o papel do SOME na formação dos estudantes do campo e verificar a didática do SOME com a realidade do campo. Esses objetivos são de grande relevância quando se propõe pesquisar um sistema de ensino que está no campo e se esse dialoga com a realidade dos seus sujeitos reafirmando seus direitos pela valorização da vida no campo.

A metodologia adotada fundamenta-se em um estudo de caso com entrevistas qualitativa conforme descrito por MINAYO:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p. 21).

Foi utilizado também a aplicação de questionário além de visita in loco que teve a finalidade de conhecer melhor a realidade e desenvolvimento do objeto de pesquisa na escola estudada. Ainda para Minayo (2009, p. 15) “[...] a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as opções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”. É através dela que usaremos as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da pesquisa sendo essencial também um olhar crítico e criativo do pesquisador na aplicação dessas metodologias.

Foram realizadas entrevistas com os gestores da escola do campo e da escola da cidade sendo a segunda a responsável pelo acompanhamento dos alunos e professores do sistema modular a nível Municipal, fez-se também revisão bibliográfica assim como a coleta e registro das atividades.

O trabalho está estruturado em dois capítulos no primeiro trataremos sobre o histórico do sistema modular no estado do Pará e no Município de Acará de forma geral fazendo a relação desse ensino com a Educação do Campo distribuídos em tópicos, em seguir no segundo capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa fundamentando-se nas falas dos entrevistados abordando a realidade do SOME no contexto da Comunidade de Nova Aliança, este segundo capítulo está dividido em dois tópicos onde o primeiro propõe identificar a relação de identidade do SOME com a comunidade estudada e no seguinte buscou-se verificar a atual realidade do sistema modular na comunidade fazendo um breve comentário dessa realidade no município de Acará.

O Trabalho desenvolveu-se com a discussão de autores que tratam desse tema tanto do SOME quanto da Educação do Campo através de estudos mais aprofundados contribuindo para a fundamentação do trabalho que buscou fazer a relação com a realidade da comunidade estudada.

Partindo da história do SOME desde seu surgimento até os dias atuais a pesquisa se desenvolveu no sentido de conhecer esse sistema de ensino fazendo um relato do seu funcionamento até chegar ao contexto da Comunidade de Nova Aliança lócus da pesquisa, partindo de um entendimento do que é o campo e da educação que vem sendo destinada a ele propomos verificar se o sistema modular nesse caso do ensino médio busca fazer a contextualização com a realidade de seus alunos assim também conhecer como se dá a organização da escola que recebe o SOME nessa comunidade. Partimos também da realidade da escola sede localizada na Cidade de Acará responsável por todas as escolas que recebem o SOME em suas comunidades para entendermos de que forma realizam o acompanhamento desses alunos e professores e quais as maiores dificuldades enfrentadas para o gerenciamento e funcionamento do Sistema de Organização Modular Ensino – SOME.

O SOME desempenha um papel de suma importância para os sujeitos do campo ao garantir a estes a continuação dos estudos além da permanência em seu local de origem, a conclusão do ensino médio é um direito assegurado através deste sistema de ensino, sendo o SOME essencial na formação desses estudantes.

Vale apenas ressaltar a importância do educador que atua no Sistema Modular, pois para estes a trajetória se torna desafiadora ao assumirem uma responsabilidade de deixar suas casas e deslocarem-se até outras localidades que recebem o sistema modular para a ministração de suas aulas e ainda superarem muitos desafios para que tenham êxito em suas disciplinas devido as várias situações que encontram como a falta de material didático, salas de aulas, transporte escolar entre outras situações enfrentadas por eles.

A importância de investimento no sistema modular para que possa ter um melhor desenvolvimento é necessário a fim de este continue formando outros sujeitos e garanta ao morador do campo o acesso a essa política pública que lhe é de direito e o acesso a uma educação que não apenas esteja no campo, mas que seja do campo e atenda os seus sujeitos de acordo com suas especificidades.

CAPÍTULO 1- O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo trataremos sobre o SOME fazendo uma breve apresentação do seu histórico no Estado do Pará discorrendo sobre seu funcionamento, além de abordar esse sistema no contexto do município de Acará até a comunidade de Nova Aliança lócus da pesquisa. Ainda abordaremos o sistema modular partindo da compreensão do que é a educação do campo e como tem se dado a relação do Sistema Modular com a realidade do campo sendo o SOME um sistema de ensino destinado ao campo e estando inserido nesse contexto.

1.1 Histórico do sistema de organização modular de ensino no estado do Pará

A educação é um direito garantido por lei a todo indivíduo fazendo parte de sua formação e preparação para a vida em sociedade. Sacramento afirma que:

A educação como direito político e social, tem como finalidade proporcionar o desenvolvimento para o educando no sentido de promover a formação e o ensino visando sua preparação que habilite para participar de maneira ativa na sociedade. Trata de um processo que integra o sujeito nas diferentes formas de conceber e expressar os conhecimentos, através das interações do mundo do trabalho, das tecnologias, da cultura de modo que sua preparação o torne um agente para interagir e transformar as realidades pela prática social. (SACRAMENTO, 2018, p. 42).

Dessa forma é responsabilidade dos Estados e de seus Municípios em garantir que a educação esteja presente em todos os lugares atendendo a população ali presente seja na Cidade ou no Campo.

O Estado do Pará vem se desenvolvendo no decorrer dos anos em todos os setores da sociedade, setores estes que passaram e passam por longos processos de construção e planejamentos, a educação em particular é um exemplo de desenvolvimento que através das políticas públicas e das lutas sociais permitiram a população paraense o acesso a outros níveis de ensino.

Vale a pena enfatizar que há muito tempo a oferta de ensino esteve centralizada na zona urbana deixando a população do campo distante de seu direito de estudar ou concluir os estudos no seu local de origem. Para Pereira (2016, p. 188), “[...] os sujeitos do campo conseguiam cursar somente às primeiras séries do

ensino fundamental, uma vez que ao campo havia sido destinado apenas esse grau de escolaridade”. Sendo que após concluírem o ensino fundamental muitos destes estudantes se deslocavam para os centros urbanos a fim de prosseguirem com os estudos e aos que não possuíam condições financeiras para se manterem na cidade eram obrigados a parar.

Assim sendo para amenizar essa situação e para levar o ensino médio aos interiores do estado conforme assegurado por lei surge no ano de 1980 o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) sendo gerenciada pela antiga Fundação Educacional do Estado do Pará (FEP) este apenas em caráter experimental, que em seguida no ano de 1982 transferiu-se para a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) a responsabilidade por essa organização e modalidade de ensino permanecendo até os dias atuais (SANTOS; CURY, 2015).

Esse sistema de ensino proporcionou aos sujeitos do campo o acesso ao ensino médio que até então era ofertado somente nas escolas da sede do município através do ensino médio regular, sendo esta a razão pela qual aumentava consideravelmente o número de jovens e adultos que não concluíam o ensino médio, essa estagnação nos estudos favorecia o baixo nível de escolaridade desses sujeitos, e o campo era mais uma vez deixado em segundo plano pelos governantes de nosso país que demoraram em buscar uma alternativa a fim de resolver ou ao menos amenizar essa situação (PEREIRA, 2016).

O SOME veio após muitos anos como uma alternativa e para o seu funcionamento necessita de um conjunto de mecanismos a fim de atender o seu desempenho no local ou lugares em que venha a ser implementado, faz-se necessário um acordo entre Estado e Município, porém em primeiro momento a Prefeitura Municipal deverá apresentar a SEDUC um diagnóstico da sua região que confirme a necessidade através de um número suficiente de alunos. BRAYNER, fala sobre essa implementação:

O Sistema de Organização modular de ensino – SOME é um projeto que a Secretaria de Estado de Educação autoriza a implantação por meio da formalização de convênio entre Estado e Município. Para a implantação do sistema, faz-se necessário: a apresentação de diagnóstico pela prefeitura Municipal, demonstrando a necessidade e demanda de alunos, bem como, assinatura do termo de convênio para disponibilização das condições

adequadas à implementação do projeto nas localidades planejadas. (BRAYNER, 2013, p. 80).

Sobre sua legislação o Sistema de Organização Modular de Ensino é regulamentado como uma Política Pública Educacional do Estado, estabelecendo normas gerais para sua adequada estrutura e funcionamento. Conforme a Lei Nº 7.806, de 29 de Abril de 2014. O Art. 6º da referida lei discorre sobre seu funcionamento:

Art. 6º No sistema de organização Modular de ensino, a carga horária anual mínima será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em pelo menos duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar.

§ 1º O ano letivo, no SOME, será composto de quatro módulos desenvolvidos em, no mínimo, cinquenta dias, para o desenvolvimento do conteúdo programático e aplicação de, no mínimo, duas avaliações em cada disciplina, excetuando-se o mês de julho e o período de recesso escolar definido no calendário escolar da Secretaria de Estado de Educação.

É dessa forma que o SOME vem se desenvolvendo no decorrer dos anos em que as disciplinas são ofertadas por meio de módulos que duram cerca de dois meses e os conteúdos ao contrário do ensino regular se encerram ao final de cada módulo trabalhado, ou seja, as disciplinas não são ministradas durante o ano inteiro e sim de forma intensiva. O mesmo também se dá em forma de circuitos a fim de atender as localidades que ofertam essa modalidade de ensino. Segundo afirma BRAYNER:

Para atender as carências de escolas, os professores realizam circuitos de disciplinas escolares, ou seja, as disciplinas se agrupam em número de três ou quatro para a composição do módulo e circuito (circuito- definição de quatro localidades organizadas levando em conta a proximidade entre eles) considera-se nesse agrupamento de disciplinas as cargas horárias previstas nas matrizes curriculares, cumprindo uma jornada de 50 dias em cada localidade e atendem quatro localidades fechando o circuito e conseqüentemente 200 dias letivos. (BRAYNER, 2013, p. 80,81).

Dessa forma esse sistema foi se expandindo pelo território paraense e garantindo aos jovens mais especificamente do campo a continuação dos seus

estudos. “Com a proposta de ensino a adequar-se às realidades das comunidades camponesas - ribeirinhas, de planaltos e várzeas - o SOME busca garantir o direito à educação básica, apresentando uma característica de provisoriedade.” (BRAYNER, 2013, p.17). Apesar do tempo o que tinha um caráter provisório tornou-se até hoje a única alternativa de conclusão dos estudos aos jovens do campo trazendo consigo muitas problemáticas que não foram sendo reparadas a fim de que se ofertassem um ensino de qualidade aos sujeitos do campo.

A parceria entre Estado e Município não tem tido um resultado satisfatório, pois o que se vê é a omissão de ambas as partes ao não atenderem as necessidades básicas de estudantes e professores. A infraestrutura das escolas que recebem esses alunos é a primeira problemática já que geralmente não possuem salas suficientes para receberem um número maior de alunos. E pelo fato das escolas serem municipais a ocupação das salas de aula torna-se prioridade daqueles que estão cursando o Ensino Fundamental.

Então é a partir dessa circunstância que os problemas se iniciam em que os alunos são privados de um espaço que é o básico e fundamental a serem assegurados pelos municípios e por essa falta de salas os estudantes do SOME são colocados em espaços inadequados para a realização das aulas e daí vão gerando uma série de problemáticas. O SOME ao ser levado aos interiores dos municípios proporcionou um grande avanço no número de pessoas alfabetizadas e que a partir de então não precisavam mais se deslocar para a cidade nem ao menos pararem os seus estudos pela falta dessa oportunidade.

No entanto mesmo com esse avanço a falta de investimento nesse sistema modular origina uma série de deficiências que impedem o SOME de avançar e se ofertar um ensino de qualidade, sobre a questão da infraestrutura das escolas PEREIRA afirma o seguinte:

De fato houve a descentralização do ensino, mas o que não aconteceu realmente na prática foi à construção de prédios escolares próprios para agregar os novos os atendidos por este deste nível de ensino. Como percebemos as estruturas físicas das escolas municipais ribeirinhas são insuficientes muitas vezes para abrigar os alunos da própria escola da rede municipal. Além destes, terão que agregar a demanda específica de alunos do sistema estadual. Muitas vezes, o espaço da escola é improvisado e em

alguns casos funcionam em barracões comunitários. (PEREIRA, 2016, p. 195).

Dentre outros problemas que o SOME enfrenta está na falta de assistência aos professores que atuam nesse sistema para levar o ensino as localidades que lhes são designadas a trabalhar, o espaço que lhes são oferecidos para o desenvolvimento das aulas não proporcionam a usar didáticas diferenciadas e sim improvisadas tentando se adequar a realidade em que se encontram para não deixarem de ministrar suas aulas. O local para se hospedarem que deve ser oferecido pela prefeitura também tem sido um problema, pois, muitas vezes não lhes são oferecidos esses espaços tão essenciais já que geralmente moram em municípios diferentes ou mesmo na capital.

O Município assume com o Estado o termo de compromisso a fim de garantir o funcionamento do SOME, mas a assistência de ambos para com o SOME precisa ser mais visível ambos precisam assumir suas responsabilidades de forma a oferecer um ensino de qualidade aos seus educandos e condições de trabalhos adequados aos seus professores.

Por não receber no decorrer desses anos o devido apoio e investimento é que o SOME vem enfrentando tantas problemáticas a qual foram citadas acima entre tantas outras que fazem com que o SOME receba muitas críticas e seja visto por parte da sociedade como um sistema de ensino problemático, porém o que ocasiona esses problemas são a falta de investimento que o governo não oferece para o melhor desempenho e desenvolvimento do SOME enquanto política pública educacional específica para os alunos do campo. Segundo SACRAMENTO:

[...] os estudos apontam, o não cumprimento da lei educacional por parte do Estado, enquanto instituição política e representativa da sociedade, uma vez que o governo e a sua administração, deveriam assumir de verdade a educação e formação dos jovens, nos seus respectivos processos de aprendizagem. (SACRAMENTO, 2018, p. 71).

O apoio do governo e de sua administração é essencial para que se ofereça um ensino de qualidade que atenda as necessidades e especificidades dos sujeitos do campo e que fortaleça a sua identidade.

Precisa-se pensar em uma escola específica do campo, não como uma alternativa como vem sendo oferecido no decorrer dos anos, a realidade da educação no e do campo precisa assumir sua verdadeira forma e essência garantindo todo o direito que vem sendo negado a esse povo. Segundo Caldart (2004, p.11) objetivamente nos declara que: “temos direito ao conjunto de processos formativos já constituídos pela humanidade; e, segundo, que o direito à escola pública do campo pela qual lutamos compreende da educação infantil a universidade.”

Igualdade de direitos para todos deve-se ser colocada em prática, ou seja, no campo diferente da cidade ainda não existe uma escola específica para o ensino médio regular, sabendo que o modular veio como uma alternativa e que não recebe o devido investimento e que as disciplinas são ofertadas de forma resumida, fica evidente a necessidade de se pensar e construir escolas para atender a juventude do campo através da oferta do ensino médio regular. Todo esse “conjunto de processos formativos” restritos ao espaço urbano precisam ser assegurados e garantidos aos moradores do campo. São direitos que vem sendo negados aqueles que também fazem parte da sociedade. Sobre essa negação de direitos e que ainda tentam impor uma educação que não respeita as especificidades de um determinado povo, Caldart (2004, p.23), novamente afirma: “a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo”.

Sabemos da grande contribuição que o sistema modular trouxe para os moradores do campo proporcionando aos mesmos a oportunidade de conclusão dos estudos sem precisar sair de seu local de origem. Muitos destes após cursarem o ensino médio tiveram a oportunidade de ingressar na faculdade ou no mercado de trabalho sendo este um dos requisitos para tal. Porém o que vemos é que no decorrer de todos esses anos o SOME não vem tendo melhorias e investimentos para que atenda os sujeitos do campo de acordo com as especificidades que ali existem valorizando o seu modo de vida e sua cultura.

Daí percebe-se a necessidade de uma mudança na educação e no sistema de ensino que até hoje vem sendo oferecido e ofertado no campo, compreender que a escola tão necessária e com um papel tão importante na sociedade precisa receber um investimento digno para o seu desenvolvimento seja qual for o local que ela

esteja inserida. Sabendo que a escola exerce uma grande influência na vida de qualquer indivíduo ao atuar na sua formação. Segundo Caldart (2004, p.11): “Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje”.

Por isso faz-se tão necessário uma escola atuante verdadeiramente na Educação do Campo contribuindo na formação de todos aqueles que passarem por ela e adequada ao local em que está inserida sendo formadora de cidadãos de direitos desfazendo essa visão de inferioridade em que o campo por tanto tempo recebe sem que haja razão para isso. Pois sabemos que não há diferença enquanto pessoas e sim no espaço e no modo de vida segundo as especificidades e singularidades que as diferem.

A responsabilidade do sistema modular não está somente em transmitir conteúdos estando inserido no campo também está envolvido com toda a organização que o cerca, com o modo de vida das pessoas, o trabalho, produção, daí a grande responsabilidade do SOME com os seus sujeitos. O SOME como política pública para os sujeitos do campo exerce um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, estabelecer uma relação que leve em consideração tudo o que está ao seu redor e todo o contexto em que está inserido fará toda a diferença nesse processo.

1.2 No contexto do Município de Acará

O Município de Acará está localizado na Mesorregião do nordeste Paraense e da microrregião de Tomé-Açu. Com uma área de 4.344 km², fica cerca de 100 quilômetros de distância de Belém, capital do Estado do Pará. Atualmente, tem uma população de aproximadamente 55 mil habitantes.

Sobre o Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME o mesmo funciona no Município desde o ano de 2009 e atende nove localidades que são: Boa Vista, Santa Barbara, Vila Colatina, Espírito Santo, Vila calmaria, São Lourenço, Vila Nínive, Nova Aliança e Vila Guarumã. Os alunos são matriculados em uma escola

estadual na sede do Município, porém as aulas são ministradas nas escolas localizadas nessas localidades.

O SOME atende os alunos de vários territórios, sendo estes, ribeirinhos, quilombolas, assentados, agricultores e comunidades extrativistas. Através dessa modalidade de ensino o ensino médio tem chegado a essas pessoas que tem a oportunidade de concluir os estudos sem precisarem deixar as suas origens.

Atualmente o SOME tem um total de 1.154 alunos que estão distribuídos nas nove localidades em que funciona esse sistema. Muitos desses alunos puderam dar prosseguimento aos estudos depois da chegada do SOME já que muitos destes estavam a anos parados por não haver a oferta do ensino médio nos interiores do município. Com a chegada do sistema modular chegou também a esperança para muitos moradores do campo que até então viam como única alternativa a saída de suas terras para a sede do município ou para a capital do estado para poderem cursar o ensino médio. O SOME também conta com um quadro de 19 funcionários efetivos conforme descrito na tabela abaixo:

1	Professora - A	Efetivo	L. Portuguesa
2	Professor - B	Efetivo	Biologia
3	Professor - C	Efetivo	Biologia
4	Professor - D	Efetivo	História/AVC
5	Professora - E	Efetivo	Matemática
6	Professora - F	Efetivo	L. Portuguesa
7	Professor - G	Efetivo	Filosofia
8	Professor - H	Efetivo	Matemática
9	Professor - I	Efetivo	Ed. Física
10	Professora - J	Efetivo	Sociologia
11	Professor - K	Efetivo	Ed. Física
12	Professor - L	Efetivo	Matemática
13	Professor - M	Efetivo	História/AVC
14	Professora - N	Efetivo	L. Portuguesa
15	Professora - O	Efetivo	L. Portuguesa

16	Professora - P	Efetivo	Geografia/E.Am
17	Professor - Q	Efetivo	Química
18	Professora - R	Efetivo	Matemática
19	Professora - S	Efetivo	Geografia/E.Am

Para o funcionamento desse sistema o município precisa assinar o termo de convênio com o estado que estabelece o acordo contendo as obrigações de cada órgão, em que deverão cumprir com suas responsabilidades a fim de garantirem o desenvolvimento das aulas. Sendo responsabilidade do estado a lotação e pagamento dos professores e do município garantir o espaço para a ministração das aulas, casas para os professores que geralmente se deslocam de outras cidades além da merenda escolar e o transporte.

A Escola Nova Aliança que é o lócus da pesquisa está localizada na rodovia Perna Sul, Trevo do Jurupariteua, no Km 16 do Baixo Acará e está em funcionamento desde o ano de sua inauguração em 2003, a referida escola atende alunos de várias comunidades sendo estas: Santa Rosa, Ramal do Bala, Goiabal, Jurupariteua, Papaquara, Santa Maria II, Vinagre, Santa Luzia, Igarapé Itapicuru, no total de nove localidades.

É importante ressaltar que esses alunos provenientes de várias localidades vivenciam realidades específicas conforme ao local em que estão inseridos, alguns deles são ribeirinhos onde moram com suas famílias a margem do rio Acará e também de igarapés e outros provenientes de vários ramais.

Esses estudantes do SOME são em sua maioria jovens que após a conclusão do ensino fundamental se matriculam no ensino médio modular para prosseguirem com os estudos.

Para chegar até a escola esses alunos utilizam transporte escolar tanto ônibus quanto embarcações que são disponibilizados pela prefeitura municipal, a escola atende alunos do ensino fundamental menor e maior com um total de 620 alunos e o ensino médio através do SOME com 210 alunos somando um total de 830 alunos no geral. “A Escola Municipal “Nova Aliança” é uma escola núcleo e tem sob sua

jurisdição outras 08 escolas nucleadas que estão localizadas nas comunidades da micro região do Baixo Acará” (PPP da Escola).

O SOME passou a funcionar no ano de 2009 na escola, mesmo ano em que o município aderiu a esse sistema de ensino e atualmente está em funcionamento nos turnos da tarde e da noite com as turmas de 1º ao 3º ano do ensino médio modular.

1.3 A relação SOME e Educação do Campo

1.3.1 Educação do Campo

A educação é um processo fundamental na vida do indivíduo no decorrer de sua formação e está presente nos mais diversos espaços e nas mais diferentes formas atendendo cada faixa etária desde a criança, jovens e adultos seja na cidade ou no campo através de várias modalidades de ensino.

No decorrer dos anos a educação no Brasil vem se expandido e atendendo as populações que antes eram privadas desse direito, mas até hoje ainda há muito que se trabalhar e lutar para alcançar uma educação que faça justiça ao seu nome e contemple as populações de acordo com o lugar onde vivem resgatando suas histórias e fortalecendo suas identidades.

Para tratarmos sobre uma Educação específica do Campo leva-nos lembrar de anos atrás em que somente se falava em uma “educação rural ou para a zona rural, que historicamente tem sido o nome dado às iniciativas do Estado de pensar a educação da população trabalhadora do campo.” (CALDART, 2004, p.13). O Estado por si só não estimula, não cria, não formula ou reformula uma política pública voltada para a realidade do campo e de seus sujeitos, simplesmente elaboram seus projetos sem levar em conta a participação e opinião dos que ali vivem ou ao menos o espaço em que vivem.

Historicamente, o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos [...]. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior arcaico. Os

tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. (FERNANDES E MOLINA, 2004, p. 36).

Esse conceito de educação rural visa apenas e unicamente que se tenha uma escola no campo, porém não considera o contexto em que aquela escola está inserida, não oferece o suporte necessário para o funcionamento da mesma e não leva em consideração que o ser humano e a educação que deve ser oferecida e assegurada a ele vai muito além do que ler e escrever fazendo parte de toda a formação do indivíduo estando ligado a tudo que está a sua volta.

Dessa forma não basta uma educação para o campo, mas que seja 'No' e 'Do' Campo que contemple aqueles que ali estão inseridos. Segundo Caldart (2002, p.18): "No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vivem; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais."

É essa educação que se procura alcançar e inserir no campo, ao contrário de tudo quanto veio sendo imposto até agora, um modelo e visão totalmente distorcida e que não contempla as necessidades e especificidades de seus sujeitos, e se não os contempla é porque não foi feito pensado neles nem para eles.

O campo não pode continuar sendo visto como um lugar de atraso e a sua população não precisa deixar seu local de origem por não vê-lo como um lugar de oportunidades. O ideal é uma educação pensada através dos conhecimentos que ali já existem e criando oportunidades levando em consideração as necessidades ali presentes. Cada indivíduo é capaz de trazer mudanças e melhorias ao seu lugar, não precisa sair para melhorar de vida, mas sim mudar de vida sem precisar deixar as suas origens.

A Educação do Campo vai muito além do que só concluir o ensino fundamental ou o ensino médio a formação do aluno como um todo também faz parte desse processo. Buscar meios que venham amenizar o trabalho e aumentar a produção com menos custos e menos esforços físicos, por exemplo, também está incluída nesse processo. A escolarização por si só não atende essa perspectiva de mudança para o indivíduo.

Caldart (2002, p.19), deixa claro essa ideia sobre a educação do campo ao afirmar que: “A perspectivava da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.”

Assim como em qualquer área da sociedade que necessitam de capacitação em busca de um desenvolvimento o campo não é diferente, é grande a desvalorização dos que ali vivem, ninguém fala de investimento no campo, mas esse espaço é cobiçado por muitos que o veem apenas como um lugar lucrativo, não investem nas pessoas mas querem aquilo que elas possuem que é a sua terra. A grande questão é que os moradores do campo precisam ser visto como sujeitos de direitos e que precisam ser respeitados e valorizados. São pessoas com uma identidade própria diferente sim, pois possui suas especificidades e estas a definem como o sujeito que são. E sobre esse cuidado com a terra e daí tirar lições sobre como cuidar do próprio ser humano. CALDART afirma o seguinte:

A educação do campo é intencionalidade de educar e reeducar o povo que vive no campo na sabedoria de se ver como “guardião da terra”, e não apenas como seu proprietário ou quem trabalha nela. Ver a terra como sendo de todos que podem se beneficiar dela. Aprender a cuidar da terra e aprender deste cuidado algumas lições de como cuidar do ser humano e de sua educação. (CALDART, 2002, p. 23).

Não se trata de deixarem suas terras, seu trabalho, sua cultura, se trata de usufruírem de seus direitos como os sujeitos que são dignos dentre tantos outros direitos o de uma educação de qualidade e não somente de alternativas.

A educação sempre esteve em atraso quando se faz uma relação entre cidade e o campo, e até hoje é bem visível essa realidade, por isso a luta constante por uma Educação do Campo que contemple de forma igualitária a todos independente do lugar que os diferem, buscar uma transformação da visão que se tem do campo trazendo a memória que foi ali que tudo se iniciou e que, portanto precisa haver a harmonia entre ambos já que um necessita do outro, um tem importância para o outro.

As particularidades de cada um os tornam dependentes entre si e é essa modificação do próprio pensamento que trará mudanças na concepção que se tem

entre campo e cidade, ao entendermos esse pensamento e revertermos essa visão avançaremos para um ideal que vem se buscando através de movimentos e lutas que buscam fortalecer a Educação do Campo através de uma busca pela igualdade de direitos.

[...] fortalecer a Educação do Campo como área própria do conhecimento, que tem o papel de fomentar reflexões que acumulem força e espaço no sentido de contribuir na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade; sobre a visão do jeca tatu, do campo como o lugar do atraso [...]. (MOLINA, 2002, p. 27).

Precisa-se refletir no campo atentando para as especificidades de cada povo que ali estão presentes, que ali estão pessoas com uma identidade própria, que possui seus próprios saberes e que são capazes de transformar a sua realidade.

Investir nas escolas do campo é um grande passo e principalmente fundamental para o processo de formação de seus sujeitos, a grande questão está na forma em que vem sendo transmitido o ensino nessas escolas e na falta de assistência e de apoio que elas recebem a precarização do espaço físico também é algo preocupante e desafiador já que esses problemas assim como outros que chegam a causar até mesmo os fechamentos de muitas escolas ou levam os pais a matricularem seus filhos em outras escolas que jugam serem mais estruturadas, porém que na maioria das vezes tornam o trajeto mais longo podendo afetar no aprendizado do aluno.

Entender a abrangência da escola na Educação do Campo é partir de uma compreensão do próprio sujeito alvo de uma formação que precisa ser construída desde a realidade que o cerca e que conduza e oriente esses sujeitos que hoje vivem no campo para que se organize e busque uma vida em sociedade que valorize o que são e como são. “A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva.” (CALDART, 2004, p.23).

A função da escola é bastante abrangente e pode construir e estabelecer mudança e desenvolvimento nas pessoas e no local em que estiver inserida sendo capaz de provocar uma construção e fortalecimento dos saberes, instituir relações e

inclusões sociais. Porém o inverso também pode acontecer quando a escola não exerce essa conexão de inserção na realidade e estimule os seus educandos na compreensão de mundo de maneira crítica partindo da própria realidade. Cabe ressaltar que a escola do campo exerce um diferencial

É a partir da escola como segunda instituição depois da família que se pode construir um ideário da educação do campo quando esta assume sua função de transformação e inserção desde o contexto em que está inserida estimulando os processos de formação que regem a vida em sociedade. Segundo CALDART:

A Educação do Campo deve incluir em seu debate político e pedagógico a questão de que saberes são mais necessários aos sujeitos do campo, e podem contribuir na preservação e na transformação de processos culturais, de relações de trabalho, de relações de gênero, de relações entre gerações no campo; também que saberes podem ajudar a construir novas relações entre campo e cidade. Além disso, é preciso discutir sobre como e onde estão sendo produzidos hoje estes diferentes saberes, qual a tarefa da escola em relação a cada um deles e que saberes especificamente escolares podem ajudar na sua produção e apropriação cultural. (CALDART, 2004, p. 29).

CALDART também aponta para uma discussão que precisa ser feita sobre a escola do campo e se a mesma tem exercido sua função como agente e propagadora do saber e de que forma esses saberes vem sendo reproduzidos assim como a maneira que eles podem contribuir ao exercer mudanças na formação de cada indivíduo. É necessária uma reflexão sobre o papel da escola não somente em transmitir saberes, mas principalmente como esses saberes são transmitidos e o saber que o próprio indivíduo trás consigo de que forma ele é trabalhado.

A escola do campo exerce essa grande responsabilidade de compreensão e propagação do saber, mas vale ressaltar que uma Educação do Campo propriamente dita abrange todas as áreas da sociedade, não se restringe a escola, está interligada a tudo que promova o desenvolvimento, o conhecimento a mudança e transformação do espaço visando uma relação de estabilidade entre o campo e seus sujeitos.

MOLINA, ao dialogar sobre a Educação do campo fala sobre a abrangência dessa educação estando interligada a tudo: “Educação do Campo com

desenvolvimento social; Educação do Campo com cultura; Educação do Campo com saúde; Educação do Campo como infraestrutura de transporte; de lazer; Educação do Campo como cuidado do meio ambiente.” (MOLINA, 2002, p.27). Uma tarefa importante e desafiadora a que se deve refletir e que faz parte da organização da sociedade.

1.3.2 SOME e a Educação do Campo

O SOME é um sistema de ensino voltado para o campo e está em funcionamento durante muitos anos garantindo a oferta do ensino médio em especial aos sujeitos do campo que não usufruem de uma escola que seja específica para essa modalidade de ensino.

Porém cabe-nos refletir se esse sistema dispõe de subsídios capazes de proporcionar um ensino que dialogue com a Educação do Campo, sendo este um sistema específico para o mesmo, e não basta levar o ensino sem que haja uma contextualização com a realidade, para que aqueles que estão sendo ensinados entendam a partir do contexto em que vivem. Sobre o SOME França (2016, p.36), declara que: “o SOME deveria dialogar mais com a realidade e ofertar formação voltada o a vida no campo, conhecimentos úteis ao trabalho do campo, até mesmo para contribuir na qualificação do trabalho e da vida nas comunidades”.

Essa relação entre o Ensino Modular e a Educação do campo faz-se necessária contribuindo para uma formação conjunta não restrita a sala de aula, que dialogue com a realidade dos seus sujeitos, valorize o saber e conhecimentos que ali existem e caminhem juntos reafirmando a importância da vida no campo, sendo este um lugar de oportunidades que assim como em qualquer outro lugar também precisa de investimentos com formação específica capaz de proporcionar o desenvolvimento através da capacitação de seus próprios moradores, sendo estes capazes de buscar melhorias e novas técnicas ao trabalho.

Sabemos da grande deficiência que o sistema modular enfrenta para o seu funcionamento, de que as escolas municipais em sua maioria não dispõem de salas

exclusivas para estes alunos levando-os a assistirem as aulas em espaços improvisados como barracões, por exemplo, sem o mínimo de condições para isso. Nem mesmo a Lei que regulamenta o SOME não foi capaz de trazer mudanças diante dessa situação tão presente e visível nas escolas, FRANÇA fala sobre essa questão:

Vale citar que nas últimas décadas, devido o gradativo processo de precarização e falta de investimentos nessa modalidade de ensino, dentre outros aspectos, a oferta do SOME passou a ser fortemente questionada pelo movimento regional de educação do campo, o que contribuiu para que seja foco debates e de reformulação através da Lei do SOME aprovada em 2014. No entanto, a história tem mostrado que a criação da lei por si só não garante sua concretização, o que exige a continuação da luta para a efetivação desse direito. (FRANÇA, 2016, p. 30).

Vemos que diante de tantos direitos garantidos ainda há muito o que se lutar e conquistar 'para a efetivação desse direito' que ainda está longe de se vivenciar na prática já que muitos ainda possuem uma visão bem distorcida do que é o campo e dos que vivem ali.

Falar sobre Educação do Campo nos leva a refletir que, para que seja na íntegra vivenciada requer uma formação diferenciada para aqueles que atuam no campo e nas escolas do campo, o educador e a sua função que lhe é atribuída é uma peça fundamental para que se ensine desde a infância a importância de uma educação voltada a realidade do aluno fortalecendo a identidade desse sujeito.

Durante anos a educação e os conteúdos disciplinares vêm sendo construído baseado em um único modelo que nada tem haver com os diferentes espaços e realidades dos povos e de suas comunidades, ou seja, não reconhece as particularidades específicas de cada região e ainda os cursos ofertados aos educadores pouco se estabelece essa conexão interdisciplinar que os capacite a atuar diante de cada realidade sendo estas tão distintas quebrando esse tabu que há muito tempo veio sendo construído no campo. Muito se cobra desses educadores que atuam no campo em particular do sistema modular e das didáticas utilizadas por eles, porém pouco se investe para que os mesmos possuam uma condição digna de trabalho, onde sempre o que se pode fazer é improvisar. Segundo FRANÇA:

Além dos professores trabalharem de forma rotativa, ficando pouco tempo nas comunidades, ainda se deparam com os problemas sempre presentes na educação do estado e do país: falta do material didático, disparidade na idade dos alunos, evasão, ambiente precário, etc. outro aspecto é a não prioridade do espaço ou tempo nos encontros pedagógicos ou fóruns, para debater propostas visando valorizar os saberes do campo. (FRANÇA, 2016, p. 53).

Como se não bastasse os conteúdos descontextualizados ainda encontramos vários problemas com infraestrutura, transporte escolar entre tantos outros que afastam ainda mais um modelo de ensino que esteja ligado a essa educação que há tanto tempo tenta-se estabelecer, sendo esta, uma Educação do, no e para o campo.

O SOME para atuar no campo e constituir uma política de que se relacione com essa educação em particular terá que seguir em uma nova direção que só será possível através de uma assistência pedagógica que institua mudança no currículo em que se trabalha, de formações específicas para os educadores que nele atuam, de investimento do governo nesse sistema garantindo o funcionamento do mesmo de maneira satisfatória, partindo de uma visão diferenciada ao contrário do que vem se desenvolvendo no decorrer dos anos até os dias atuais que é essa precarização do ensino.

Diante de tantas mudanças que ainda precisa-se fazer a Educação que se procura estabelecer no campo é alvo de muita luta, articulações e organizações para que venha produzir mudanças nesse contexto da história.

Essa construção de um novo modelo para a educação, novo no sentido de não ser colocado em prática até então, mas que tem sido alvo de luta desde muito tempo, modelo este, que se procura instituir em conjunto com a população, com o campo e com a formação de seus sujeitos e dos que ali trabalham, CALDART fala sobre essa educação como uma educação do 'povo do campo':

[...] a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mas amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo

do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele. (CALDART, 2004, p.8).

Uma Educação que seja construída desde o espaço em que está inserida e com aqueles que ali vivem, pensada desde o modo de vida e cultura ali existente e vivida por seus moradores.

Apesar do SOME ser um sistema de ensino que atende os moradores do campo, é possível notar uma grande deficiência em seu funcionamento para que possa ser visto como um sistema que foi pensado para o campo e que possua um método voltado para o campo capaz de identificá-lo com o campo.

CAPÍTULO 2 – O PAPEL DO SOME NO CONTEXTO DA COMUNIDADE NOVA ALIANÇA.

A comunidade de Nova Aliança é resultado de uma migração de pessoas que vieram de outras localidades e se instalaram ali alguns do próprio município e outros descendentes de famílias do Sul do Pará a exemplo também daqueles que migraram das margens dos igarapés para a margem da rodovia Perna-Sul que estava sendo construída e que passou a ser vista como um local de fácil acesso as cidades circunvizinhas como: Belém, Abaetetuba, Tomé-Açu, Concórdia e outras assim como pela escoação de seus produtos agrícolas.

A comunidade passou a ser chamada dessa forma por conta da escola que foi construída ali e que recebeu esse nome por razão de uma aliança realizada entre os membros de várias comunidades que reivindicavam a construção de uma escola que ofertasse o ensino fundamental completo e que facilitasse o acesso a ela, já que os alunos precisavam se deslocar a lugares distantes para estudar, os líderes das comunidades no ano de 1997 foram até a sede do município e reivindicaram junto a prefeita da época a construção de uma escola mais próxima a eles e suas reivindicações foram atendidas dando início nesse mesmo ano a construção da mesma. O local escolhido se definiu após a doação de um terreno nessa área por um morador que se sensibilizou com a situação.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Aliança localiza-se na Rodovia Perna Sul, Trevo do Jurupariteua, no km 16 do Município de Acará Estado

do Pará sendo inaugurada no ano de 2003, porém funciona desde o ano de 1999 com uma turma de multissérie até o ano de 2002. A escola atende 09 localidades tanto de ramais quanto ribeirinhas e que utilizam o transporte escolar, sendo 07 ônibus e 03 barcos.

Conforme descrito no PPP da Escola a mesma atende 620 alunos do Ensino Fundamental menor e maior e ainda 210 alunos do SOME no qual a escola cede o espaço e dá o suporte. A estrutura física da escola conta com 09 salas de aula, 01 (uma) sala de informática, casa para os servidores que atuam na escola e que não residem na comunidade entre outros espaços necessários e ainda por ser uma escola núcleo tem sob sua jurisdição outras 08 escolas nucleadas. Conta também com um quadro de 47 funcionários exercendo cada um suas respectivas funções como: Diretor, Vice Diretor, Técnico Pedagógico, Secretário, Professores, Auxiliar de Administração, Auxiliar de Serviços Gerais e Vigias.

2.1 A relação de identidade entre o SOME e a Comunidade Nova Aliança

O Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME conforme descrito no Relatório SOME SEDUC Acará 2019 funciona nesta escola desde o ano de 2009 e atende nos turnos da tarde e da noite as turmas do 1º ao 3º ano do Ensino médio sendo 4 turmas pelo turno da tarde e 3 turmas pelo turno da noite com um total de 225 alunos matriculados.

Até o ano de 2008 os moradores da comunidade Nova Aliança e de seus arredores não contavam com a modalidade de ensino médio sendo necessário interromperem os estudos, somente no ano seguinte em 2009 o SOME passou a funcionar na escola mesmo ano que o município aderiu a esse sistema de ensino.

O SOME trouxe para a Escola Nova Aliança a oportunidade para muitos jovens de darem prosseguimentos aos estudos trazendo novas expectativas para aqueles que sonhavam com a conclusão de seus estudos e que agora não precisariam mais deixar suas famílias suas comunidades, pois contavam com o ensino médio na sua própria comunidade ou próximo dela.

Assim sendo o SOME trouxe grandes contribuições para a comunidade conforme é citado pelo Gestor 1:

Antigamente o pessoal fazia até o nono ano e acabou a vida do estudante muitos não tinham condições de ir pra cidade, então hoje quando o ensino médio modular vem pras escolas é uma forma de diminuir o fluxo de alunos pra cidade até porque a cidade não ia aguentar só com duas escolas, isso faz com que o aluno pelo menos termine o ensino médio, dado o ensino médio eles vão criando as esperanças pra fazer um vestibular uma universidade e hoje a gente tem, você é um caso, uma aluna, e tem outros que estão ai se formando (Gestor 1).

É visível a importância do ensino modular para o desenvolvimento desta comunidade desde o momento em que abri as portas permitindo aos seus moradores novas perspectivas ao proporcionar a continuidade dos seus estudos e o ingresso de muitos destes na universidade.

O SOME proporciona aos moradores das comunidades em que está inserido a permanência destes em seu local de origem pelo menos até o término do ensino médio, daí percebe-se a grande importância desse sistema para os moradores do campo sendo que o número de alunos cresce a cada ano conforme a fala do Gestor 1: “Todo ano assim como aumenta do fundamental é o SOME e as salas nunca são suficientes sempre estamos trabalhando com eles em anexo alugado pela prefeitura.”

Percebemos após esta fala que o SOME exerce um papel fundamental na formação de muitos alunos do campo, esse sistema ao estar inserido no campo desenvolve um papel fundamental ao permitir a esses estudantes a permanência em seu local de origem, os professores desdobram-se para oferecer um ensino significativo e de qualidade aos seus alunos de modo que após o ensino médio possam ter um direcionamento sobre o caminho que irão seguir ou a profissão que pretendem exercer.

A contribuição do SOME para o campo tem sido significativo e a cada ano cresce o número de estudantes nesse sistema de ensino, porém esse crescimento leva-nos a refletirmos sobre todo esse processo de aprendizagem e a forma que vem sendo repassado no decorrer dos anos desde a formação de professores que

atuam no SOME, na contextualização dos assuntos e no investimento que esse sistema recebe para o seu melhor desempenho e desenvolvimento, ainda há muito que se melhorar para que o SOME tenha um melhor desempenho e seus professores e alunos uma melhor assistência, mas não podemos negar que apesar do descaso com esse sistema de ensino o mesmo formou e tem formado muitos alunos e o SOME faz parte desse processo e para muitos foi determinante para a posição que ocupam hoje, ou pelo simples fato de terem seus direitos garantidos como a conclusão do ensino médio.

O que ainda pretende-se aliançar é que o SOME proporcione uma educação que dialogue com a realidade dos sujeitos que atendem, pois hoje muito se fala sobre a Educação do Campo e da identidade dos seus sujeitos que precisa ser valorizada e preservada, mas para que esta ocorra faz-se necessário uma série de mudanças e investimentos. Ao ser questionado ao Gestor 1 e ao Gestor 2 sobre os professores do SOME e se estes fazem a contextualização dos conteúdos com a realidade do campo eles respondem que:

Eu acredito que alguns deles fazem a contextualização com a realidade do campo eu vi muito em português em matemática, mas a maioria não, o pessoal tá mais preocupado em preparar o aluno pra passar no vestibular, não estão preparando pra essa situação do campo não (Gestor 1).

Alguns sim, mas a maioria segue o currículo da SEDUC, do ENEM mas as especificidades do campo não temos essa proposta da coordenação geral do SOME via SEDUC. (Gestor 2)

Como podemos ver nem a própria SEDUC apresenta uma proposta diferenciada de currículo para esses professores que atuam no campo o que demonstra na fala dos entrevistados a deficiência que há de uma formação específica para esses educadores, que trabalhe a mudança de pensamento apresentando uma visão que atenda e valorize os sujeitos do campo, não uma preparação voltada apenas para passar no vestibular ou ingressar em uma universidade, pois a educação do campo vai muito além de tudo isso e os profissionais da educação precisam de formações diferenciada que os capacite a desenvolverem seu trabalho de forma a atender as especificidades do campo e que busque compreenderem através da socialização com seus educandos a realidade

vivenciadas por eles e dessa forma desenvolver uma relação social que assegure e conserve os valores que ali existem e que ainda resistem depois de longos anos de inversão do modo de vida que se vivência no campo.

Uma formação propriamente dita ultrapassa a sala de aula e não se trata apenas em formar o aluno, mas aquele que está sendo preparado para esse papel de educador que tipo de formação ele está recebendo para desenvolver uma função tão importante que refletirá na organização de todo um povo e que fortalecerá ou enfraquecerá a identidade dos seus indivíduos, Arroyo 1999, fala sobre quais valores estão sendo constituídos, que tipos de pessoas estão sendo formadas, para que lado esse olhar vem sendo direcionado quando se trata de uma formação específica do campo.

Como educadores, temos de ter sensibilidade para essa dinâmica, social, educativa e cultural, e perguntar-nos que novos sujeitos estão se constituindo, que crianças, jovens, adultos, que mulheres, que professoras e professores, que lideranças, que relações sociais de trabalho, de propriedade, que valores estão sendo aprendidos nesse movimento e dinâmica social do campo. O foco de nosso olhar não pode ser somente a escola, o programa, o currículo, a metodologia, a titulação dos professores. Como educadores temos de olhar e entender como esse movimento social vêm se formando, educando um novo homem, uma nova mulher, criança, jovem ou adulto (Arroyo, 1999, p. 15-16).

Partindo dessa compreensão e entendimento verificamos através da entrevista com o gestor 2 que o acompanhamento dos professores e o suporte pedagógico dado a eles se dá “através de reuniões com os professores ao final de cada módulo” e que ainda “a escola sede está dando suporte para projetos, as 09 escolas polo do SOME” apesar desse acompanhamento e sendo este de grande relevância, o mesmo entrevistado ao ser questionado sobre qual a avaliação que faria do SOME e o seu desempenho levando em consideração as especificidades do campo sendo este um modelo de ensino voltado ao mesmo? A resposta é a seguinte:

Há uma grande falha nesta oferta de ensino, pois o SOME atende alunos quilombolas, ribeirinhos, assentados, extrativistas, no entanto o currículo a ser seguido é o mesmo do regular. A Escola ainda não desenvolve projetos profissionalizantes voltados ao campo, o que faria consideravelmente muita diferença (Gestor 2).

O SOME como Política Pública educacional de Estado precisa atender seus sujeitos de acordo com o modo de vida de cada um, atentar para as diferentes realidades que se encontra no campo hoje, preparar seus educandos para ir em busca de seus ideais atentando para suas necessidades, de forma que os mesmos terras, seu lugar. O ensino destinado ao campo precisa ser diferenciado e quando se fala do SOME é uma responsabilidade ainda maior já que este é trabalhado através de módulos ao contrário do ensino regular, daí a responsabilidade não só dos educadores em procurar adequar seus conteúdos ou suas didáticas com a realidade do campo mas também o Estado oferecer os subsídios necessários e assumir suas responsabilidades com a educação.

2.2 Sobre a atualidade do SOME na Comunidade

Desde sua implantação na comunidade de Nova Aliança o SOME já formou e continua formando muitos jovens o número de estudantes aumenta a cada ano demonstrando que há um crescimento significativo de alunos que dependem desse sistema de ensino.

O SOME tem como sede a escola estadual localizada na Cidade de Acará sendo responsável por todas as escolas Polos que atendem o SOME e toda a documentação dos alunos é enviada a ela assim como a matrícula destes, por essa razão foi realizada a entrevista com o Gestor 2 responsável pela coordenação do SOME a fim de obtermos o conhecimento sobre como vem sendo realizado essa gestão e a atual situação do sistema modular não somente na Comunidade de Nova Aliança mas também na sede do município.

Questionamos sobre qual seria as maiores dificuldades enfrentadas para o gerenciamento do SOME no Município e a resposta que o Gestor 2 nos deu foi a seguinte:

São inúmeros, mas a falta de suporte financeiro, materiais e estruturais como diárias para o deslocamento da supervisão e pessoal do

administrativo para o trabalho in lócus; são 9 localidades [...]. No Nínive temos a maior demanda 370 alunos frequentes, mas nenhum auxiliar administrativo, onde os pais tem que vir até a secretaria da Escola Felipe Patroni para resolver problemas de documentos dos alunos, bolsa Família, etc. A Calmaria é uma das localidades mais distantes, para o deslocamento a logística é muito cara, sendo que, os deslocamentos que tenho feito é por conta própria ou com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação; onde os quatro auxiliares administrativos são pagos também pela prefeitura, onde de acordo com o Termo de Cooperação deveria ser pago pelo Estado. A lotação do supervisor do SOME, não existe nem ao menos uma nomenclatura no meu caso sou lotada como vice-diretora para atuar no SOME, e também tenho que cumprir carga horária no turno da noite o que acaba sobrecarregando a função (Gestor 2).

Diante dessa fala observamos a grande deficiência que o sistema modular enfrenta para o seu funcionamento sendo o suporte financeiro um dos maiores problemas, demonstrando assim a falta de investimento que esse sistema recebe. Mesmo depois de tantos anos o SOME apresenta uma série de problemáticas que o impedem de ser visto como referência de uma educação do campo, a presença do Estado nessas escolas que recebem o SOME é muito distante sendo que se houver problemas com documentação ou matrículas é necessário que se desloquem até a cidade para resolver a situação por não haver um responsável lotado na escola para fazer esse trabalho. Ainda segundo o Gestor 2 “Temos problemas sérios com a falta de frequência de professores; com a falta de transporte escolar, que considero um dos maiores problemas do SOME a nível de Acará”.

Através das pesquisas realizadas percebemos que o Estado tem apenas assumido sua responsabilidade com a questão da lotação de professores, mas não tem garantido nenhuma outra assistência necessária a professores e alunos e a própria coordenação do SOME no município através de suporte financeiro para que esta possa dar a assistência necessária as localidades que atendem o SOME.

Apesar de toda a problemática e de toda a dificuldade que o SOME enfrenta o Gestor 2 nos diz que atualmente alguns problemas foram amenizados e que todo um trabalho está sendo realizado principalmente em relação a documentação dos alunos, pois segundo nos relata alguns anos atrás não havia essa organização levando até mesmo a perda de alguns desses documentos conforme relatado a seguir:

[...] A secretaria do SOME, que em 2016, não existia nenhum arquivo, onde os documentos eram jogados no chão sem nenhum cuidado com a

documentação. Hoje todo um trabalho é realizado, com o apoio da equipe do regular, os documentos estão sendo arquivados e os alunos, pais tem um atendimento melhor [...]. (Gestor 2).

A Escola de Nova Aliança recebe em torno de 230 alunos do SOME e esse número aumenta a cada ano a escola não possui estrutura física para acomodar todos eles sendo necessário o aluguel de outros espaços para o funcionamento das aulas, segundo entrevista com o Gestor 1 ele nos diz que “estamos trabalhando com eles em anexo alugado pela prefeitura” onde funciona como sala de aula atendendo duas turmas, esses espaços já foram um grande problema por conta da precariedade dos mesmos, alguns anos atrás os alunos e professores sofreram com a falta de condições adequadas desses espaços, porém atualmente contam com um local mais apropriado, para o Gestor 1 o SOME ainda tem muito o que melhorar “se fosse melhor a estrutura dele teria mais resultado ainda, mais investimento, os professores não faltassem tanto tivessem mais atuante na escola”.

Além de ceder o espaço físico o Gestor 1 nos diz que procura envolver os alunos em todas as atividades escolares desenvolvidos pela escola e que procura da todo o suporte necessário, para ele o grande problema enfrentado atualmente no sistema modular está relacionado com a questão da lotação de professores pois segundo ele não há professores para todos os horários:

Pra mim o grande defeito do SOME é a montagem dessas equipes, tem uma turma aí do 1º ano que tá só com um professor o módulo todo, ou seja, cada duas aulas por dia a turma fica vagando pela escola, aí eu acho que há uma desorganização nisso, tem que mandar no mínimo 5 ou 6 professores para trabalhar em todos os horários (Gestor 1).

Percebemos através das falas dos entrevistados que o SOME enfrenta durante todos esses anos em que está em funcionamento um grande descaso por parte daqueles que deveriam assisti-lo e que pouco se investe a fim de que venha solucionar ou ao menos amenizar tantos problemas.

Algo bem visível não somente na fala dos entrevistados, mas também pelos autores que abordam o tema é que os problemas são comuns independentes do lugar, do município, da comunidade ou escola em que o SOME está inserido dando a entender que se trata de um descaso com o sistema modular e que nenhuma medida é tomada para reverter essa situação e precarização do ensino médio modular.

O SOME tem contribuído para a continuação dos estudos aqueles que vivem no campo e essa contribuição não pode ser negada, o que questionamos é a falta de investimento que o sistema modular recebe para se estabelecer no campo e fazer essa conexão com a realidade dos seus sujeitos de forma que a escola exerça seu papel educacional e que dialogue com o campo, Políticas Públicas voltadas a esse público é fundamental para o melhor desempenho e desenvolvimento das escolas do campo de forma que os direitos desses alunos sejam assegurados e sua identidade valorizada.

Quando falamos de escola falamos de Políticas públicas, de Estado e, portanto, reafirmamos a necessidade da responsabilidade social do Poder Público com a educação. Assim a escola deve ser significativa para quem precisa dela, e nessa significação estão formas de vida e trabalho dos povos do campo. (FRANÇA, 2016, p. 49).

A escola exerce um papel fundamental no local em que está inserida e, portanto precisa de educadores que possuam uma formação capaz de lhe permitir uma visão ampla que vá além de uma metodologia limitada ou conteúdos estabelecidos de forma descontextualizados. Já temos alguns cursos como o curso de Licenciatura em Educação do Campo com esse diferencial de formação específica, preparando educadores para trabalhar de forma contextualizada partindo da realidade dos próprios sujeitos e desconstruindo um pensamento errôneo do que é o campo, Molina faz essa reflexão:

Se o objetivo é transformar a forma escolar atual, na qual a lógica da Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico está a serviço da manutenção da ordem e dos valores da sociedade capitalista, é necessário cultivar e promover outras lógicas para esses trabalhos, no sentido de construir uma instituição capaz de contribuir para as transformações sociais necessárias à superação da lógica hegemônica de organização da sociedade (MOLINA, 2017, p. 593).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Modular desempenha um papel muito importante para todos aqueles que precisam prosseguir nos estudos e ainda ter a oportunidade de

permanecer em seu local de origem, no decorrer de todos esses anos em que esteve e continua em funcionamento vem garantindo a formação de muitos jovens através do ensino médio modular.

A pesquisa realizada com o SOME mostrou que apesar de toda a sua contribuição pouco se investiu para que esse sistema se desenvolvesse de forma a atender os moradores do campo considerando a realidade desses sujeitos, a precariedade dos espaços assim como a falta de assistência pedagógica para alunos e professores é uma realidade que continua até hoje e que ainda pouco se vê propostas para solucionar essas problemáticas que levam o SOME a ser alvo de muitas críticas e reclamações sendo a maior delas a ausência do Estado ao não oferecer a assistência e investimentos necessários para o funcionamento do sistema modular.

A falta de políticas públicas para o campo pensadas e construídas a partir dos anseios daqueles que vivem e conhecem o seu lugar tem construído esse conceito errôneo e distorcido de uma realidade que não compete com o modo de vida do campo, uma inversão de valores que não se identifica com os costumes, cultura e saberes próprios de um povo.

A educação destinada ao campo busca mudanças na forma em que vem sendo transmitida, é uma luta por um ensino diferenciado, que produza um sentimento de pertencimento aqueles que estão sendo alvos desse ensino que possa ser transmitido de forma adequado ao local independente de qual seja e que não irá inverter os costumes ou propor transformações que não define a identidade de seus sujeitos.

O SOME para que se adeque a realidade do campo terá de passar por mudanças começando por formações específicas aos seus educadores já que estes atuarão no campo e ainda que os prepare através de didáticas e metodologias diferenciadas já que estes terão que trabalhar através de módulos. Reformulações nesse sistema também são necessárias de forma a relacionar o sistema modular com a Educação do Campo e dessa forma o Estado assumir uma responsabilidade que não se limite em somente garantir os professores para ministrar as disciplinas, mas que assuma um acordo com os municípios para garantir salas de aulas e materiais didáticos suficientes, oferecer um ensino médio diferenciado ao morador

do campo, dando significado a estes de forma a não serem influenciado a sair do campo mas a escolherem de forma consciente que sair ou permanecer no campo não determinará o sucesso ou não de suas vidas, mas o modo em que buscarão realizar seus objetivos, que os oriente a se organizarem assim como a buscarem mudança e melhorias para suas famílias, suas terras seus trabalhos e modo de produção.

Concluimos através dessa pesquisa que o campo ainda enfrenta o preconceito de inferioridade e atraso e que são necessárias políticas públicas que atendam suas especificidades que a exemplo do que se viu no SOME sendo este um sistema de ensino voltado para o campo não tem tido um desempenho satisfatório quando se trata de espaços e condições de trabalho adequados e um ensino que na sua maioria possa se adequar a realidade do campo e que receba investimentos para que assim atenda os alunos de acordo com a realidade de cada um, estimulando ao conhecimento e valorização das suas raízes mostrando que são capazes de serem protagonistas na busca por melhorias, projetos e desenvolvimento para o campo produzidos por eles próprios que conhecem o seu lugar melhor de que ninguém.

Hoje as conquistas garantidas ao campo são por intermédio de pessoas que vivem e conhecem essa realidade, que lutaram e lutam por melhorias, a exemplo de um curso com uma formação específica que é o Curso de Licenciatura em Educação do Campo sendo resultado dessa luta, chegando até as universidades, que formam educadores que são do campo e que conhecem e vivem essa realidade e que serão estimuladores de que se preservem os saberes existentes no campo.

Pretende-se que pesquisas como esta e tantas outras voltadas ao campo gerem novos trabalhos capazes de trazer transformações a muitas realidades produzindo um pensamento crítico por aqueles que são alvos dessa pesquisa, assim como o governo reveja suas obrigações estando ciente da realidade atual do campo principalmente no meio educacional. Espera-se que a educação 'no' 'do' e 'para' o campo seja ofertada com mais responsabilidade de forma a atender um público com uma identidade própria que precisa de metodologias e didáticas voltadas a realidade destes e pensar-se na forma em que o ensino médio é levado ao campo necessitando até mesmo em mudanças profundas no sistema modular - SOME e até

mesmo pensar-se em uma escola específica para atender essa modalidade de ensino.

Os sujeitos do campo precisam de ensino de qualidade de espaços apropriados e de educadores que conheçam essa realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo.** – Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.2º.

BRAYNER, Conceição de Nazaré de Moraes. **Um estudo avaliativo do Ensino Médio Modular a partir das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo no Pará.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, 2013.

MOLINA, Mônica Castagna. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo /** Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. 2004.

Deslandes, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade /** Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadoras). 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidades e políticas públicas /** Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, osfs e Roseli Salete Caldart (organizadores). Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção por uma Educação do Campo, nº4.

FRANÇA, Jane da Silva. **ENSINO MÉDIO MODULAR E SEUS REFLEXOS NA PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO CAMPO: o caso do Brejo do Meio Município de Marabá-PA.** Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá Pará, 2016.

<https://acara.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/> acessado em 30/09/19 Sobre o Município Prefeitura Municipal de Acará.

Lei Estadual nº. 7.806, de 29 de abril de 2014. (2014, 29 de abril). Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, PA, 30 abr. 2014. Cad. 1 (pp. 5-6).

MOLINA, Mônica Castagna. **CONTRIBUIÇÕES DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES.** Educação & Sociedade, vol. 38, núm. 140, julio-septiembre, 2017, pp. 587-609 Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil.

PARÀ. SEMED, Projeto Político Pedagógico – PPP da E.M.E.F Nova Aliança. Acará, Pará, 2018.

PEREIRA, Rosenildo da Costa. **SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME) E A INCLUSÃO SOCIAL DOS JOVENS E ADULTOS DO CAMPO.** MARGENS – Revista Interdisciplinar. Dossiê: Formação Docente VOL. 10. N. 14. Jun 2016. (p. 187-198).

SACRAMENTO, Benedito Nunes. **Política de Ensino Médio Modular no Pará: Princípios, Diretrizes e práticas Formativas para Juventude do Campo na Amazônia.** Campus Universitário de Cametá, Universidade federal do Pará - UFPA, Cametá, 2018.

SANTOS, Luciano Laurindo dos; CURY, Mauro José Ferreira **A PERCEPÇÃO DOS ASSENTADOS E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO MÉDIO MODULAR E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO EM MARABÁ-PARÁ.** Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, Marabá, 2015. Revista Formação (ONLINE), v. 1, n. 25; Mai-Ago/2017, p. 189-212.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O GESTOR DA ESCOLA NOVA ALIANÇA-CAMPO

- 1-** Desde que ano funciona o Ensino Modular e o que levou a escola a aderir a esse sistema de ensino?

- 2-** A Escola tem estrutura física para receber os alunos do SOME?

- 3-** O SOME está incluído no PPP da Escola?

- 4-** A Escola dá o suporte necessário para o desenvolvimento das aulas?

- 5-** Como é feito o acompanhamento dos alunos do SOME?

- 6-** De que forma o Ensino modular contribui para o desenvolvimento da comunidade de nova Aliança?

- 7-** O SOME contribuiu para a permanência dos jovens nas suas comunidades?

- 8-** Na sua opinião os professores procuram adequar os conteúdos com a realidade dos alunos?

QUESTIONÁRIO PARA O GESTOR DA ESCOLA FELIPE PATRONNI-CIDADE

- 1- Desde que ano o Município de Acará aderiu ao Sistema de Organização Modular de Ensino?

- 2- Quais as dificuldades enfrentadas para gerenciar o Sistema modular no Município?

- 3- Qual sua avaliação do ensino médio regular e do Ensino modular em relação a formação do aluno?

- 4- Qual a assistência oferecida aos docentes na prática de suas atividades?

- 5- Por ser o SOME um sistema de ensino voltado para o campo, como você avalia o seu desempenho levando em consideração as especificidades do campo?

- 6- Na sua opinião os professores procuram adequar o conteúdos com a realidade dos alunos?

- 7- Desde que o SOME passou a funcionar no Município quais as mudanças ou desenvolvimento que o mesmo trouxe ao levar o ensino médio a zona rural?

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA

FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DO CAMPO

Mem. 02/2019

Acará, 04 de setembro de 2019.

À Direção da Escola

Prezado(a) Diretor(a),

Vimos a V.S.^a solicitar permissão para a realização, nesta instituição, da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada “O Sistema de Organização Modular de Ensino e sua relação com a Educação do Campo: O caso da comunidade Nova aliança”, realizada pela discente de Licenciatura em Educação do Campo- Ciências Naturais 2015.

Ressalta-se que a identidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa será preservada e a utilização dos dados será restrita a fins acadêmicos.

Agradecemos a disponibilidade e desde já nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

GESIELE SILVA DOS SANTOS

ORIENTADOR(A)

DIREÇÃO DA ESCOLA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
 FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DO CAMPO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
 PARA GESTORES (AS)**

PROJETO: “O Sistema de Organização Modular de Ensino e sua relação com a Educação do Campo: O caso da comunidade Nova aliança”

ESCLARECIMENTOS DA PESQUISA

- 1. Natureza da pesquisa:** Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, que tem como objetivo compreender a relação do SOME com a Educação do Campo em uma escola pública no Município de Acará.
- 2. Participantes da pesquisa:** gestores.
- 3. Sobre as entrevistas:** será feita uma entrevista com o objetivo de compreender a visão do gestor sobre avaliação do SOME.
- 4. Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais, ou seja, a pesquisa não tem potencial gerador de riscos físicos nem tampouco psicológicos aos participantes. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
- 5. Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Data: ____/____/2019.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do Orientador